

IDADE DO BRONZE: APONTAMENTO SOBRE A NATUREZA DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Por Susana Oliveira Jorge
Instituto de Arqueologia, F.L.U.P.

*«(...) é mais importante ter ideias do que conhecer verdades (...).
O real está rodeado de uma zona indefinida de compostíveis não
realizados; a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento».*

Paul Veyne
O Inventário das Diferenças, p. 42

Numa síntese recente¹, ensaiámos a formulação de um quadro evolutivo dos fenómenos culturais observados em várias regiões do nosso território, no período que decorreu entre c. de 1.800/1.700 a.C. e c. de 700 a.C. No presente texto, tentaremos, a partir desse mesmo quadro, questionar a justeza de algumas inferências baseadas na «leitura» do registo arqueológico, tendo em vista reflectir sobre a complexidade social das comunidades que protagonizaram, em Portugal, o que se convencionou chamar a Idade do Bronze².

I— Durante a primeira metade do II.º milénio a.C., de frontamo-nos com um registo arqueológico inovador, mas menos heterogéneo se

¹ Jorge, S. O. (1990), Complexificação da sociedade e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, *Nova História de Portugal*, Vol. I, *Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 213-251.

² Neste texto serão utilizadas datações convencionais de carbono 14, não calibradas.

comparado com o do período imediatamente anterior: aquele registo retém, sobretudo, manifestações excepcionais relacionadas com a esfera do poder. Disso são exemplo os novos contextos sepulcrais, quer os do âmbito campaniforme tardio, quer os de tipo Ferradeira ou Montelavar. Outros testemunhos, mais raros raros (por ex., artefactos metálicos, achados sob a forma de «depósitos»), articulam-se também com a emergência de uma nova classe de itens de prestígio, a qual alcança rapidamente toda a fachada atlântica peninsular. De facto, os referidos testemunhos apresentam uma acentuada uniformidade tipológica, qualquer que seja a região do nosso território onde se encontrem. Tem-se interpretado este padrão arqueológico como o sinal material da ascensão convergente de pequenos «chefados», cuja consolidação teria passado a depender da sua inserção em «redes» mais alargadas de trocas de artefactos de luxo (de filiação estilística campaniforme e de âmbito geográfico quer atlântico, quer mediterrânico). A «uniformização» da cultura material de excepção decorreria da integração das comunidades numa mesma esfera de relações entre elites.

Contudo, será premente perguntarmo-nos que estratégias de povoamento são agora desenvolvidas, em ordem a promover e a sustentar uma mais perfeita articulação intercomunitária. É um facto que o registo arqueológico parece apontar, a um nível muito geral, para marcantes descontinuidades, relativamente à fase anterior. Apesar das excepções conhecidas, podemos dizer que a maior parte dos povoados calcolíticos são abandonados (em qualquer das várias regiões que compõem o nosso território). Na Estremadura, onde possuímos uma mais ampla informação, verificamos que durante este período genérico surgem novos povoados, quer de altura quer abertos, em detrimento dos antigos habitats calcolíticos, sobretudo os fortificados. Aparentemente, a um padrão de nuclearização de povoamento, em que detinha importância emblemática e funcional a «fortificação», sucedeu um outro, eventualmente mais disperso, que tendeu a diluir a função «marcadora» do habitat na paisagem³. Todavia, reconhecer o carácter «disperso» do povoamento da primeira metade do II.º milénio a.C. (o que precisa de absoluta comprovação, através de programas regionais de prospecção e inventariação de sítios) não dispensará a necessidade de reconstituir a natureza do sistema social subjacente.

Tal problemática continua a ser premente para a fase que decorre entre cerca de 1.500 e 1.000 a.C., ou seja, o chamado Bronze Médio e os

³ C.f. projecto de investigação em curso sobre a passagem do Calcolítico à Idade do Bronze na Estremadura portuguesa, por parte de Katina Lillios, da Univ. de Yale (E.U.A.).

inícios do Bronze Final (segundo a clássica divisão da Idade do Bronze, realizada em função de critérios meramente tipológicos, aplicados a objectos metálicos).

Durante este período, o registo arqueológico sofreu uma acentuada retracção informativa. São mais raros, ao nível de todo o nosso país, os contextos sepulcrais conhecidos. Proliferam os artefactos metálicos, mas descontextualizados (os quais circulam, cada vez mais, nos finais do II.º milénio a.C., no âmbito de um intercâmbio de larga escala de tipo atlântico). São ainda excepcionais os povoados reconhecidamente integrados nesta fase⁴. Nos contextos sepulcrais identificados (monumentos do «Bronze do Sudoeste» no Alentejo/Algarve, monumentos megalíticos reutilizados nas Beiras, cistas ou fossas abertas no saibro no Norte) os espólios são, em regra, simples, predominando como oferenda o vaso cerâmico⁵. No entanto, se atendermos a que muitos dos objectos metálicos desta fase podem originalmente ter integrado «tesouros», ou tão só «depósitos», será talvez viável afirmar que a partir de meados do II.º milénio os signos de poder das elites começam a transferir-se, em parte, dos túmulos para outros contextos. Ou seja, não é inverosímil afirmar que a manifestação de prestígio e poder já não recorre apenas à riqueza ostentada nos túmulos (como em Ferradeira ou Quinta da Água Branca), mas também e sobretudo à armazenada em determinados locais rituais situados no interior ou exterior dos povoados. Desta maneira, se aceitássemos que a estrutura social dos grupos desta época se tornou mais fluida, característica dificilmente recuperável no registo arqueológico, justificar-se-ia em parte a nossa incapacidade de detectar as respectivas redes de povoamento.

Contudo, mais uma vez se impõe a necessidade de aprofundar a estrutura social destes grupos e das suas relações intercomunitárias. Na verdade, se atentarmos na circulação abrangente de novos objectos de prestígio em ouro, prata, cobre e bronze, de diversas filiações estilísticas, poderemos pressupor que se deu, ao longo de todo o II.º milénio a.C., um alargamento da esfera de interacções supra-regionais. Diríamos mesmo que as comunidades deste período acusam um nível extremamente desenvolvido de *integração regional*⁶, quaisquer que tenham sido os mecanismos

⁴ De referir a recente descoberta e estudo de povoados do II.º milénio a.C. no vale do rio Nabão, nomeadamente o povoado do Alagroal, cuja análise se integra no projecto mencionado na nota 3.

⁵ Alguns «monumentos» do Bronze do Sudoeste integram, no entanto, espólios diversos, exprimindo diferentes graus de riqueza ou prestígio de certas tumulações.

⁶ V. nota 1. Lillios, K. (no prelo), Competition to consolidation: the third to second millennium transition in the Lowlands of West-Central Portugal, *Society for American Archaeology Meeting*, Las Vegas, April 1990.

que permitiram essa integração. Nesta ordem de ideias se se confirmar o padrão de povoamento disperso, teremos de tentar compatibilizar um cenário de integração em grande escala (com inevitáveis tensões intercomunitárias) com a existência de habitats relativamente precários, insertos em sistemas de povoamento fluidos, aparentemente não hierarquizados. É óbvio que este raciocínio assenta numa premissa que tem de ser questionada: a de que o chamado povoamento disperso pressupõe, nesta época, uma segmentação das comunidades e, em última análise, um elevado grau de autarcia⁷.

Na verdade, cremos que a reconstituição da natureza socio-política dos grupos do II.º milénio admite vários modelos alternativos. No estado actual das pesquisas, será tão verosímil aceitar que a um sistema calcolítico baseado fundamentalmente na autarcia e na competição intercomunitária, terá globalmente sucedido um sistema ainda mais fragmentário, como, alternativamente, um outro mais integrador, responsável pela regulação das tensões entre os grupos. De facto, mesmo que se comprove a existência de um padrão disperso de povoamento durante este período, nas várias regiões de Portugal, é óbvio que ele tanto pode corresponder a um abaixamento do nível de coesão dos laços intercomunitários, como ao seu contrário. Aliás, se admitíssemos que os contactos supra-regionais se intensificaram, seria possível supor, entre outras hipóteses, que a integração num circuito mais amplo de relações geraria o abrandamento de factores locais de tensão que haviam fomentado as fortificações calcolíticas. Logo, seria viável aceitar que a inexistência de habitats amuralhados reflectiria, sob certas circunstâncias, não uma estrutura social mais fluida, mas um sistema eventualmente mais «apertado» de interdependências políticas, que não precisaria necessariamente de se exprimir na existência de imponentes, e/ou arqueologicamente evidentes, «lugares centrais».

A partir de 1.000 até cerca de 700 a.C., e independentemente de particularismos e assimetrias regionais, verificamos uma «abertura» do registo arqueológico. Isto é, este torna-se mais rico e diversificado, qual quer que seja a região considerada. Conhecemos inúmeros povoados abertos e de altura e ainda outros fortificados. Existem vestígios importantes da prática da metalurgia em alguns destes habitats, nos quais surgem por vezes «depósitos» de artefactos metálicos. Os contextos sepulcrais (ainda que, em regra, não muito ricos em espólio) são mais frequentes. É notável, em termos de informação iconográfica disponível, o conjunto de lajes insculptadas, «estelas» e estátuas-menires adstritas a esta fase.

⁷ Lillios, K. (nota 6).

A conexão entre complexidade social, intercâmbio e metalurgia, parece assumir-se como inevitável na abordagem dos três primeiros séculos do I^o milénio a.C. A manipulação do «comércio» em larga escala (articulando a fachada atlântica com a bacia do Mediterrâneo e a Europa Central) poderá ter dado origem a diferenciações verticais no seio das comunidades e ainda a assimetrias e rivalidades entre unidades políticas regionais. A ascensão do poder de certas elites e, adentro destas, de alguns chefes carismáticos, com um poder eventualmente teocrático, materializa-se de forma expressiva na proto-estatuária das «estelas» de tipo estremenho ou em algumas estátuas-menires do Norte. Mas o poder simbólico de tais chefes também está contido em «depósitos» de objectos metálicos, de filiação provavelmente mediterrânica, como, por exemplo, o de N.^a S.^a da Guia (Baiões)⁸. Será interessante acentuar que a existência de categorias sociais superiores se manifesta mais uma vez em contextos de ordem ritual e não exclusivamente sepulcral.

Estudos recentes revelaram, em algumas áreas, sistemas de povoamento hierarquizado⁹, aparentemente assimiláveis a sistemas sociais integradores. Contudo, sob a aparente unidade cultural veiculada pela genérica uniformidade de uma produção material de excepção (artefactos metálicos e cerâmicas de luxo), é possível imaginar diferentes configurações sócio-políticas e diversas expressões do poder. Assim, a maior variedade do registo arqueológico não facilita, em si mesma, a interpretação dos fenómenos culturais. A aparente riqueza do registo arqueológico é equívoca, se não tivermos em conta as características desta época. No estudo de sociedades complexas, fortemente hierarquizadas e inter-dependentes a nível regional, torna-se imperioso proceder previamente a uma análise exaustiva de todos os documentos correlacionáveis em áreas circunscritas. Mais do que em qualquer outra época da Pré-História, a unidade de investigação terá de ser ampla, devendo desviar-se do estudo pontual do povoado ou da necrópole isolada (e respectivas áreas envolventes) para tentar abranger o *espaço (ou espaços) de influência cultural* das comunidades como um todo.

⁸ Silva, A. C. F. da *et alii* (1984), Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu), *Lucerna*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 73-109.

⁹ V. Jorge, S.O. (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, G.E.A.P., «Monografias Arqueológicas», 2. Martins, M. M. R. (1987), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, 4 vols. (dissertação de doutoramento, polic.).

II — Das anteriores reflexões emerge a ideia geral de que a dificuldade em abordar a Idade do Bronze no nosso território resultará não apenas de uma deficiente informação arqueológica (sobretudo durante o II.º milénio a.C.), como de uma precária formação antropológica de todos quantos tentamos fazer a Pré-história deste período. De facto, se ao longo do II.º milénio o registo arqueológico acusa uma certa retacção informativa (os testemunhos são cada vez mais de teor excepcional, aparecendo em contextos sepulcrais e/ou rituais), a partir dos finais do II.º/inícios do I.º milénio conhece-se uma certa «expansão» da produção material, muitas vezes contextualizada em habitats. Mas, apesar desta expansão, a opacidade dos dados não se perde, antes ganha outro sentido. A interpretação dos testemunhos só é viável através das relações interactivas de todos os elementos que constituem uma «unidade cultural». Delimitar essas unidades torna-se assim tarefa básica. Definir a sua natureza poderá servir para explicar a especificidade dos contextos materiais que manipulamos. E neste ponto tocamos directamente na questão da «leitura» dos testemunhos arqueológicos disponíveis para a época em causa.

É frequente ouvir afirmar-se que a falta de investigações arqueológicas modernas (prospecções e escavações) está na base do limitado conhecimento sobre a Idade do Bronze. Sem querer negar que os estudos tipológicos e metalográficos têm imperado em detrimento de análises de povoamento¹⁰, a verdade é que quando estas se começam a realizar¹¹ observa-se, sobretudo para o II.º milénio, uma realidade constituída por povoados pouco impressivos na paisagem, e contextos sepulcrais raros e relativamente «pobres». Este panorama modifica-se, como vimos, a partir dos inícios do I.º milénio, mas tal mudança vem paradoxalmente chamar a atenção para a premência de uma nova conceptualização das relações entre a produção material e os sistemas sociais e simbólicos que a geraram. Isto é, a compreensão da natureza das sociedades complexas depende tanto, como é óbvio, de uma «rica» e diversificada informação arqueográfica, como de um rigoroso aparelho teórico destinado à sua «descodificação». O lamento tradicional do arqueólogo de que «não existem ainda suficientes dados» escamoteia, consciente ou inconscientemente, a ausência prévia de uma real problemática, assente em conceitos rigorosamente formulados e capaz de levar à elaboração de modelos expressivos da complexidade. Ilude o facto de que, paralelamente à vertente arqueológica empirista, pode e deve ser desenvolvida uma vertente teórica prospectiva, e que as

¹⁰ Coffyn, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard, Publ. du Centre Pierre Paris, 11, Coll. Maison Pays Ibér., 20.

¹¹ V. notas 3 e 9.

duas nem sempre interagem de forma imediata: ou seja, os dados nem sempre são em número ou «qualidade» suficientes para ajudar a validar um determinado modelo apriorístico. O que não significa que a partir de um número restrito de indícios arqueológicos não devam ser levantadas diversas hipóteses de explicação alternativas, passíveis de progressivos confrontos com a realidade empírica. De facto, as duas abordagens podem realizar-se, num primeiro momento, de forma até certo ponto independente, sem a preocupação de se cruzarem a curto prazo. A «construção» histórica mede-se, em cada época, não tanto pelo acesso ao «maior número de dados», como pela inserção dos dados disponíveis em explicações verosimilhantes.

Ao investigador da Idade do Bronze não pode passar despercebido que, lidando com sociedades inseridas na interface da Pré-história e da História, lhe é exigida uma formação complexa de arqueólogo, antropólogo e historiador. E que só no doseamento específico do contributo destas disciplinas será capaz de se apoderar dos instrumentos indispensáveis a uma análise eficaz desta fase do nosso passado.

